

SUCESSÃO Aprovado por ampla maioria, deputado encerra ciclo no Legislativo e migra para a Corte de Contas

Alba aprova Adolfo Menezes para o TCM

CÁSSIO MOREIRA
E LEO ALMEIDA

O plenário da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou ontem a indicação do deputado estadual Adolfo Menezes (PSD) para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-BA). Candidato único ao posto, Menezes obteve uma votação acachapante: foram 51 votos favoráveis dos 53 parlamentares votantes, registrando-se apenas um voto contrário e uma abstenção. Três deputados votaram de forma simbólica.

Apesar do resultado, a oficialização ocorrerá em ritmo cadenciado. Por orientação da Procuradoria Jurídica da Alba, a indicação só será enviada ao governador Jerônimo Rodrigues (PT) em agosto, quando se consuma a aposentadoria compulsória do conselheiro Francisco Netto, ao atingir os 75 anos.

"Em mim, tenho a certeza de que plantei, mas nada se colhe se a terra não for fértil. E a minha terra fértil é a generosidade de vocês", discursou Menezes.

"Saída honrosa"

A expressiva votação do parlamentar não foi obra do acaso, mas o resultado de um meticuloso desenho político. Inicialmente prevista



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 12.12.2021

Ex-presidente da Assembleia, Adolfo Menezes obteve aprovação expressiva: 51 votos dos 53 possíveis

**“Tenho certeza
que plantei.
Meu solo fértil
é a generosida-
de de vocês”**

ADOLFO MENEZES, deputado

para 19 de maio, a sessão foi adiada devido ao esvaziamento do quórum provocado pela Marcha dos Prefeitos em Brasília. Nos bastidores, a ordem era garantir presença em massa para oferecer a Menezes uma "saída honrosa".

O movimento buscou reabilitar o prestígio do par-

lamentar após o severo revés sofrido em fevereiro de 2025. Na ocasião, o Supremo afastamento do comando da Casa, hoje presidida por Ivana Bastos (PSD).

Trajetória

Aos 67 anos, Adolfo Meneses encerra uma longa e varzea carreira político-partidária iniciada na década de 1990 em seu reduto eleitoral, o Campo Formoso. Eleito ve-

afastamento do comando da Casa, hoje presidida por Ivana Bastos (PSD).

Trajetória

PUNICÃO DE JUÍZES

STF extingue privilégio da aposentadoria compulsória

GUSTAVO ZAMBIANCO

A decisão unânime da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que extinguiu a aposentadoria compulsória remunerada para magistrados impõe um novo marco institucional ao Judiciário brasileiro. Ao chanceler o entendimento do ministro Flávio Dino, a Corte elimina a aplicação de proventos profissionais como sanção máxima para infrações graves, fixando a perda definitiva do cargo e a consequente cassação dos subsídios.

Odesdobramento joga luz sobre um histórico de impunidade corporativa. Nos últimos 20 anos, 126 juízes e desembargadores foram afastados dos cargos por crimes como venda de senten-

ças, assédio e ligação com facções criminosas, mas mantiveram seus vencimentos mensais garantidos. A tese vencedora baseou-se na Reforma da Previdência de 2019, que revogou tacitamente a benesse ao não prever a transferência para a inatividade como punição disciplinar no artigo 40 da Constituição Federal.

A mudança, contudo, tensionou a relação com a Procuradoria-Geral da República (PGR). No recurso rejeitado pelo colegiado, o órgão ministerial alertou que a perda imediata do cargo, sem o crivo do Poder Legislativo, fere a autonomia dos magistrados e os expõe a pressões políticas externas. A PGR defendia na peça jurídica que a exclusão da penalidade caberia apenas ao

Congresso Nacional via edição de lei complementar.

Para mitigar o risco de perseguições e assegurar o devido processo legal, a Turma estabeleceu uma trava jurídica importante. Ficou determinado que as cassações administrativas deliberadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dependerão obrigatoriamente de referendo do próprio STF. A exigência gerou a única ressalva processual do julgamento, feita pelo ministro Cristiano Zanin apenas quanto ao rito adotado, mas a tese prevaleceu para resguardar a vitaliciedade da magistratura.

FELIPE PONTES

Agência Brasil, Brasília

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a oitava fase da Operação Compliance Zero, que investiga o envolvimento do ex-governador Cláudio Castro (PL) na aplicação irregular de R\$ 3,6 bilhões da RioPrevidência no Banco Master. O montante, que financia aposentadorias de 235 mil servidores, foi investido à revelia de critérios técnicos em troca de propinas.

Por ordem do ministro André Mendonça, do STF, a PF cumpriu mandados na

casas de Castro. Segundo a decisão, o ex-governador teve "papel politicamente relevante" para viabilizar os aportes, trocando a chefia da RioPrevidência por nomes alinhados ao esquema criminoso.

A investigação baseia-se em mensagens e no cruzamento de agendas entre Castro e o dono do banco, Daniel Vorcaro. Os aportes ocorreram enquanto a instituição já afundava em crise antes

reador em 1992, migrou para a Alba em 2007, de onde não saiu mais. Contudo, sua trajetória acumula controvérsias jurídicas.

Em 2012, elegeu-se prefeito de Campo Formoso com mais de 52% dos votos. Todavia, em meio a uma conturbada disputa judicial que o acusava de campanha fora do prazo legal, optou por renunciar ao mandato majoritário em janeiro de 2013, antes de tomar posse, preservando sua cadeira no Legislativo estadual.

Ao migrar para o TCM, Menezes renunciará ao mandato na Alba. Seu capital político deve ser herdado por sua esposa, Denise Menezes (PSD), apontada como provável sucessora eleitoral.

A chegada de Menezes reorganiza a Corte de Contas, composta por sete conselheiros e cujas indicações alternam-se entre o Executivo e o Legislativo. O tribunal possui outra cadeira vaga, decorrente da aposentadoria de Mário Negromonte em julho de 2025.

Esta vaga pertence ao Ministério Público de Contas (MPC). A lista triplíce enviada ao governador é composta pelo procurador Guilherme Costa Macêdo e pelas procuradoras Camila Vasquez Gomes Negro Monte e Aline Paim Monteiro do Rego.

de ser liquidada pelo Banco Central por fraudes financeiras reiteradas.

O caso atinge em cheio o bolsonarismo fluminense. Vercor e Castro orbitavam o mesmo núcleo político e de poder do clã Bolsonaro no Rio, que deu sustentação ao governo estadual, patrocinou a ascensão de aliados na cúpula da autarquia e usava a estrutura pública para irrigar redutos eleitorais de extrema-direita.

[illegible][illegible][illegible]